

# GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO ALGUMAS REFLEXÕES.

Mislaine Cardozo Zanelatto<sup>1</sup>

## RESUMO

A arte de educar direcionada ao fortalecimento da diversidade e da cidadania deve ser trabalhada de modo continuado, já que as atividades escolares são fortalecidas por meio da participação da família, da instituição escolar e do Estado, sendo possível, assim, alcançar níveis maiores de efetividade, conciliando o desenvolvimento intelectual com o crescimento social. Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar de que modo se realiza o ensino da sexualidade na escola e como a diversidade de gênero é abordada em prol da construção da cidadania. Tencionando a busca por referenciais teóricos consistentes, a metodologia deste trabalho foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica que visa a aprofundar o conhecimento a respeito do tema escolhido. Atualmente, a discussão sobre sexualidade a partir de uma perspectiva reflexiva acerca dos conflitos do jovem de hoje parece escassa, isto é, a escola demonstra pouca ou nenhuma habilidade ao lidar com tal questão. Frente a essa problemática, o papel do professor é, por vezes, o de sujeito indiferente quando o tema é sexualidade, principalmente quando o docente traz seus próprios medos e tabus. Isto, de alguma forma, interfere numa abordagem imparcial e mais realista dos conflitos e mudanças da sociedade. A escola e o jovem se deparam, portanto, com a homofobia que exclui e marginaliza aqueles que não seguem modelos prontos e pré-determinados por uma sociedade ainda machista e preconceituosa. Se o intuito da escola é formar cidadãos a partir de uma visão igualitária e transformadora, torna-se incoerente com a sua prática a manutenção de uma política excludente a qual ainda prevalece no ambiente escolar; precisa-se, então, construir possibilidades para outra prática educacional.

**Palavras-chave:** Diversidade de gênero, Cidadania, Educação, Sexualidade.

## GENDER, SEXUALITY AND EDUCATION: BUILDING SOME REFLECTIONS.

## ABSTRACT

The art of educating directed to the strengthening of diversity and citizenship must be worked on continuously, as school activities are strengthened through the family participation, school institution and the State, thus achieving higher levels of effectiveness, reconciling intellectual development with social growth. Therefore, the general objective of this present study is to

---

<sup>1</sup> Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC – Rua Walter Veterlli, 246, Centro- Lauro Muller, SC. - [mislainesc@gmail.com](mailto:mislainesc@gmail.com)

analyze how the teaching of sexuality in school is taught, as well as the gender diversity is approached in favor of the citizenship construction. Aiming at the search for consistent theoretical references, this article methodology was done through the bibliographical research that aims to deepen the knowledge about the chosen theme. Nowadays, the sexuality discussion from a reflective perspective on today's youth conflicts seems scarce, that is, the school shows little or no skill to deal with such a question. Faced with this problem, the role of the teacher is sometimes the role of an indifferent subject when the subject is sexuality, especially when the teacher brings his own fears and taboos. This, in some way, interferes against an impartial and more realistic approach to conflicts and changes in society. The school and the youth come across, therefore, with homophobia that excludes and marginalizes those who do not follow models ready and predetermined by a society with male chauvinism issues and prejudiced. If school objective is to educate citizens from an egalitarian and transformative vision, it becomes inconsistent with their practice to maintain an exclusionary policy which still prevails in the school environment; we need to build possibilities for another educational practice.

Keywords: Gender diversity, Citizenship, Education, Sexuality.

## **INTRODUÇÃO**

A qualidade da Educação está associada com o desenvolvimento de propostas pedagógicas consistentes voltadas para as necessidades dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, a fim de praticar atividades democráticas, essenciais para um bom sistema de ensino.

Sendo a escola um ambiente de construção de conhecimento, de personalidade, identidade e cidadania, espera-se que esteja embasada em princípios de acolhimento às diferenças, respeito aos indivíduos e pautada nos direitos humanos. Porém, a realidade é muito diferente do que se idealiza.

Verifica-se no espaço escolar desconhecimento e despreparo acerca da temática que envolve gênero e sexualidade, sendo também um ambiente em que pode-se observar discriminação, preconceito e exclusão. Tais violências fomentam a ignorância relacionada a essas questões, o que acarreta, muitas vezes, em um baixo rendimento intelectual ou até mesmo em danos físicos, psíquicos e emocionais. Neste sentido Louro (1997, p.57), afirma que:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam,

através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização.

Nesse contexto, a discussão e reflexão sobre a temática no ensino regular mostra-se como primeiro passo para a mudança nesse quadro preocupante, sendo que a conscientização abre o caminho para uma educação embasada na construção de princípios de respeito e equidade.

Educadoras e educadores comprometidos com mudanças sociais devem procurar perturbar, sacudir as formas de se posicionarem perante as discussões da educação sexual que, tradicionalmente, vêm sendo realizadas no Brasil. No entanto, fazer essa problematização requer referenciais, no mínimo críticos e, mais ousadamente, pós-críticos. (FURLANI, 2016, p. 40)

Dentro dessa perspectiva, este trabalho se propõe a apresentar uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de refletir sobre a importância da escola como veículo difusor da educação sexual e ainda analisar como se dá a educação voltada para a valorização da diversidade de gênero e o fortalecimento da cidadania.

Visando a busca por referenciais teóricos consistentes, a metodologia deste trabalho foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que “visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva” (MATTAR, 1999, p. 90).

Como fontes de pesquisa, foram utilizados livros, artigos, periódicos e sites na internet que abrangem os assuntos abordados no trabalho a fim de auxiliar no desenvolvimento dos tópicos desejados.

## **2 GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO**

Em se tratando da discussão que tanto tem assolado as políticas educacionais, de que gênero, sexualidade e identidade de gênero são invenções ideológicas, pode-se destacar que nos dias atuais é muito comum deparar-nos com a desqualificação de determinadas visões do mundo como sendo “ideológicas”, ou seja, uma idealização, nenhum vínculo com a realidade.

Sobre esse assunto, a ABA - Associação Brasileira de Antropologia (2015) publicou o “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola

democrática, inclusiva e sem censuras”, assinado por 113 pesquisadores e grupos de estudos, pretende desmistificar esses argumentos. Nesse sentido, vale destacar:

Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. E é, nesse sentido, que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar (ABA, 2015 p. 34)

É notável a preocupação em resolver essa questão, de maneira que todos compreendam que não existe nenhuma ideologia no assunto, mas uma imensa necessidade de inclusão, de aceitação e de responsabilidade social, por parte dos envolvidos com a educação. Pois,

Quando se reivindica, então, a noção de “igualdade de gênero” na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero, entretanto, não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público). Mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades. Exigimos que o direito à educação seja garantido a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, para isso, políticas de combate às desigualdades de gênero precisam ser implementadas. (ABA, 2015 p. 35) .

Vale ressaltar que as discussões sobre gênero acabam tendo relação com as significações de sexualidade, porém, são coisas distintas. Enquanto gênero refere-se às construções sociais que permitem o indivíduo a identificar-se como pertencendo ao sexo masculino, feminino, ambos ou nenhum (identidade de gênero), a sexualidade é representada pelas atitudes e comportamentos, podendo ser vivenciadas de diferentes formas, pelas quais as pessoas podem se sentir atraídas por homens, mulheres, ambos ou nenhum (identidade sexual). É importante ressaltar que, tanto as concepções de gênero quanto as de sexualidade, não são fixas, são construídas e sujeitas à transformações.

Suas identidades sexuais se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também

se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. (LOURO, 1997, P. 26)

A sexualidade, então, está relacionada aos desejos sexuais e afetivos do indivíduo e à forma como se relaciona, estando ligada às orientações sexuais e sendo construída de acordo com a vivência histórica, familiar, cultural e social de cada um, podem estar em constante formação e transformação.

Tendo em vista que a construção de gênero e vivência da sexualidade ocorrem de modo contínuo e não fragmentada na vida de cada indivíduo, precisa sim, ser trabalhada de forma natural, inclusiva e reflexiva no ambiente escolar.

## 2.1 O PAPEL DA ESCOLA DENTRO DO CONTEXTO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO

Ao considerar a democracia como importante ferramenta do trabalho educacional, cabe afirmar que a escola não pode ser considerada apenas uma instituição responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, mas também um local onde os princípios de cidadania deverão ser fortalecidos de acordo com a necessidade da comunidade e seus interesses.

Assim, entende-se que a escola que trabalha a diversidade de gênero e sexualidade é uma escola onde as diferenças podem ser fortalecidas, encarando-as como vantagens, objetivando complementar as características de cada aluno. Rego (1995, p.33) afirma que “a escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua para a criatividade”.

Baseado nesses princípios, a escola deve lidar com as propostas pedagógicas em conjunto, onde pais ou responsáveis, estudantes, docentes e comunidade assegurem o respeito e a solidariedade em relação às diferenças existentes entre os indivíduos.

Portanto, “as escolas que trabalham a diversidade de gêneros devem oferecer oportunidades curriculares que melhor se adaptem aos alunos com diferentes opções sexuais, interesses e capacidades” (HOLLANDA; BARBOSA, 2002, p. 04).

Ainscow e Ferreira (2003) consideram três fatores que influenciam a prática de uma educação dentro de um contexto da Diversidade de Gêneros:

Desenvolvimento de planos de aula para a classe, onde o objetivo do professor é envolver todos os seus alunos nas atividades escolares, considerando

inclusive aqueles que necessitam de maior atenção, seja por apresentarem deficiências ou dificuldades no aprendizado. Os planos devem abordar a sala como um todo. Atender as necessidades de cada um não significa que as aulas devem estar direcionadas a um aluno em específico ou determinado grupo;

Utilização dos próprios alunos como ferramentas naturais para a valorização dos conhecimentos, troca de experiências e vivências, possibilitando o reconhecimento do potencial de cada um nas atividades escolares e nas relações sociais. Isto contribui com o desenvolvimento do trabalho coletivo e cooperativo entre os alunos, auxiliando o professor no bom andamento das aulas;

Prática da improvisação, onde o docente deve compreender a melhor maneira de alterar os planos de aula a cada vez que julgar necessário ou diante de obstáculos de aprendizado dos alunos, fazendo com que a qualidade do ensino oferecido aos estudantes não seja prejudicada.

A partir destes fatores, observa-se outro elemento fundamental para a Educação dentro de um contexto de diversidade de gêneros, a acessibilidade, cuja missão é assegurar que todos os cidadãos tenham o direito em adquirir o conhecimento, independentemente de suas diferenças.

Dessa maneira, convém afirmar que a educação que trabalha a diversidade de gênero pode ser considerada como um novo modelo educacional, onde o acesso e a permanência de todos os alunos na sala de aula não envolvem mecanismos de seleção e discriminação. É preciso considerar que, para que a educação seja eficiente nesse processo, ela necessita garantir a formação qualificada de seus docentes, além de desenvolver políticas pedagógicas mais interativas, onde os alunos possam realimentar o interesse pelo ensino.

Para Glat e Fernandes (2005) as estratégias didáticas do ensino dentro da diversidade de gênero visa manter um sistema educacional que ofereça suporte permanente e efetivo aos alunos, assegurando que todos em sua diversidade obtenham a aprendizagem significativa.

É preciso disponibilizar condições de educação aos cidadãos com enfoque na naturalização das diferenças. Para que isto seja possível, as instituições escolares juntamente com seus profissionais educadores deverão estar aptas a identificarem as necessidades específicas de cada educando, visando contemplar o ensino de uma maneira pela qual a escola tradicional não poderá garantir.

Com isso, ressalta-se ainda que há necessidade de ampliação dos currículos escolares, que devem estar voltados para a vida prática do indivíduo, possibilitando maior autonomia no processo de ensino aprendizagem.

## 2.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E A DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) trabalhar a diversidade de gênero na escola não significa formar grupos homogêneos considerando as mesmas características e desafios, mas sim identificar essas diferenças favorecendo a troca de experiência e crescimento de cada aluno enquanto cidadão. Assim, torna-se um desafio propor ações pedagógicas que valorizem as diferenças entre os alunos e enfatizem a importância da diversidade cultural para a formação do cidadão.

Em razão das diferentes experiências com a sexualidade e o desejo, a escola, sem qualquer explicação sempre se colocou no lugar da produção da norma heterossexual, produzindo, contribuindo e ampliando preconceitos em razão da sexualidade, praticando a homofobia, a lesbofobia e a transfobia (SILVA, 2015).

No entanto, para qualquer efeito inicial é necessário esclarecer que a família e a escola têm um papel fundamental na luta contra o preconceito e a reprodução de desigualdades na sociedade.

Segundo Freire, Santos e Haddad (2009, p. 09) “ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola<sup>2</sup>, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito”. Para esses autores, os professores são os grandes incentivadores da valorização da pluralidade social e cultural em sala de aula, exercendo grande influência na formação dos adolescentes e jovens.

Isso significa que os professores precisam ter um olhar atento para as questões da diversidade sexual e das construções de gênero para que possam interferir nos processos de preconceito e de discriminação.

---

<sup>2</sup> O Curso de Gênero e Diversidade na Escola foi ofertado em um projeto piloto em 2006, resultado de uma articulação entre diversos ministérios (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), o Conselho Britânico (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

É relevante que sociedade e escola estejam preparadas para transmitir aos jovens a necessidade de compreender que existem corpos marcados por diferenças biológicas, mas que também, são marcados pela socialização (SILVA, 2015).

É fato que a primeira alternativa invocada nesse contexto são as alterações curriculares, que são de extrema importância para um processo de ensino aprendizagem efetivo, sendo essas adaptações completamente sadias e de acordo com as necessidades sociais, especialmente dos jovens nos dias atuais, pois como nos lembra Silva (2015 p. 41)

[...] se o gênero é construído por relações sociais, pela família, pela escola, pelos processos de socialização e pela mídia, podemos partir do pressuposto de que ele também pode ser reconstruído, desconstruído, questionado, modificado em busca de uma igualdade social entre homens e mulheres, do ponto de vista do acesso à direitos sociais, políticos e civis.

Portanto, para construir a Educação Inclusiva é fundamental haver mudanças profundas no sistema educacional brasileiro, no que cerne a uma educação em respeito a diversidade de gênero e cultura, com o objetivo de reorganizar os currículos e o trabalho pedagógico focado nas necessidades especiais dos aprendizes. Somente com a reestruturação destes fatores será possível combater a exclusão escolar e oferecer um ensino inclusivo devidamente interativo, dinâmico e construtivo.

Para Fante (2011, p. 79) “a perspectiva intercultural de educação, enfim, implica mudanças profundas na prática educativa, de modo particular na escola. Pela necessidade de oferecer oportunidades educativas a todos, respeitando e integrando a diversidade de sujeitos e dos seus pontos de vista”.

Sabe-se que a formação de profissionais capacitados é extremamente importante, não apenas para a Educação Tradicional, mas, sobretudo, para a Educação Inclusiva, onde os docentes precisam permanecer preparados para lidar com a diversidade e pluralidade das necessidades de seus educandos, identificando dificuldades de aprendizagem e proporcionando melhores oportunidades para a apropriação do saber propriamente dito.

Além disso, cabe ressaltar que um ensino inclusivo precisa promover a interação entre os alunos com necessidades especiais, a diversidade de gênero e cultura e os conteúdos programáticos, realizando adaptações pedagógicas e didáticas sempre que necessário, possibilitando a obtenção do aprendizado de

acordo com os limites e especificidades de cada aprendiz, orientado ainda por práticas que assegurem a inserção social do mesmo.

Gohn (2002, p. 56), afirma que o professor deve “adequar as práticas pedagógicas à questão da diversidade de gênero que é um desafio ao qual todos os agentes da comunidade educativa se deveriam propor a atingir, mas, para isso, é essencial, alterar as sua representação e atitudes [...] e criar oportunidades que minimizem as práticas monoculturais”.

Para tanto, o educador deve manter uma postura aberta, capaz de evoluir, humanizar e também aprender, sendo essencial manter-se consciente de que as suas práticas cotidianas representam um caminho dificultoso, onde é preciso manter-se sempre motivado, assim como motivar seus alunos.

É preciso citar que uma prática pedagógica adequada é indispensável para possibilitar a inclusão das diferentes culturas em sala de aula. Freire (1996, p. 156) afirma que:

É preciso reenfatar que a multiculturalidade como fenômeno que implica a convivência num mesmo espaço de diferentes culturas não é algo natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda, portanto, uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética no respeito às diferenças.

O autor afirma que muitas propostas pedagógicas não apresentam a flexibilidade necessária para garantir o aproveitamento das capacidades dos aprendizes. Com isso, a interação da diversidade cultural em sala de aula abrange o pensamento crítico, o aperfeiçoamento progressivo, a mudança estratégica e o entendimento de múltiplas perspectivas.

### 2.3 ASPECTOS CULTURAIS E SEXUAIS DA DIVERSIDADE NA ESCOLA

Segundo Sacristán (2002) a definição de diversidade possui associações com as aspirações dos cidadãos em colocar em prática suas autodeterminações através de sua liberdade, garantindo, sobretudo atividades democráticas e coletivas, responsáveis por influenciar a realidade social de cada nação.

Em relação às diferenças culturais no Brasil, afirma-se que:

Não precisamos recuar tanto no tempo para encontrar diferentes formas de organização social e manifestações culturais: nossos antepassados agiam e pensavam de forma muito diversa da nossa. Num passado não muito distante, a situação da mulher no Brasil, por exemplo, era bastante distinta da atual. Os costumes de muitas famílias da nossa oligarquia rural exigiam que os pais escolhessem aquele que desposaria sua filha. Uma série de fatores influía na decisão dos pais e mães: desde alianças antigas entre as famílias, obrigações recíprocas, promessas feitas, às vezes, antes do nascimento dos filhos e filhas, até mesmo questões como o dote e os interesses econômicos, contando muito pouco o desejo dos filhos e das filhas. Hoje as coisas são bem diferentes e, embora uma série de elementos de diversas ordens interfira na escolha do/a parceiro/a, o desejo individual é representado pela coletividade como decisivo (BRASIL, 2009, p. 20).

A diversidade cultural ou sexual pode ser encontrada além do tempo, mas principalmente no espaço em que a sociedade vive. Existe a percepção de vários costumes nas inúmeras comunidades de uma nação, sendo que para alguns povos, determinados costumes podem ser considerados absurdos, enquanto para outros podem ser simplesmente normais, sendo uma variação cultural da comunidade.

É essencial compreender que a diversidade acompanha a história da humanidade, visto que cada comunidade humana possui instrumentos e elementos diferenciados da cultura. Assim, a homogeneidade se torna cada vez mais difícil de ser observada. A diversidade passa a fazer parte dos grupos sociais, determinando as fronteiras de cada nação.

Falar da diversidade cultural ou sexual no Brasil significa levar em conta a origem das famílias e reconhecer as diferenças entre os referenciais culturais de uma família. Significa, também, reconhecer que, no interior dessas famílias e na relação de umas com as outras, encontramos indivíduos que não são iguais, que têm especificidades de gênero, raça/etnia, religião, orientação sexual, valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais (BRASIL, 2009, p. 23).

A valorização da diversidade no âmbito educacional é um desafio cada vez mais crescente, pois o respeito às diferenças culturais e sexuais exige que todos os cidadãos compreendam verdadeiramente cada realidade social. É por este motivo que a instituição escola deve desenvolver um projeto pedagógico voltado para o atendimento de todos os alunos, sem manter qualquer tipo de exceção, além de servir como um instrumento responsável por fortalecer o pensamento e o comportamento correto da população, visando sempre o crescimento das relações sociais.

A escola, por seus propósitos, pela obrigatoriedade legal e por abrigar distintas diversidades (de origem, de gênero, sexual, étnico-racial, cultural etc.), torna-se responsável – juntamente com estudantes, familiares, comunidade, organizações governamentais e não governamentais – por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias. Educar para a valorização da diversidade não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola; é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado (BRASIL, 2009, p. 31).

A diversidade também pode ser considerada uma ferramenta de adaptação das políticas educacionais aos alunos. Neste sentido, as políticas públicas educacionais têm a diversidade como um direito humano, auxiliando no processo de compreensão da educação, seus objetivos, sua organização e principalmente seu sistema de ensino.

Entende-se que “as diferenças são fruto não apenas das desigualdades sociais, já que encontramos mais diferenças do que as divisões entre as classes sociais” (BRASIL, 2009, p. 21).

Com isso, a diversidade atua na orientação e organização das propostas pedagógicas, permitindo que a educação seja efetivada de maneira satisfatória, onde a estrutura e objetivos do sistema de ensino se encontrem voltados para as necessidades e interesses da população, servindo como ferramenta para o crescimento cultural constituído pelos vínculos sociais. Em relação à valorização da diversidade, Stecanella e Sayão (2006, p. 164) afirmam que:

Sempre tentamos enquadrar definir, delimitar a diferença. Sempre colocamos rótulos naquilo que não compreendemos, a fim de melhor lidar com o que difere de nós. Antes de ouvirmos, antes de abrimo-nos e acolhermos o que está diante de nós, partimos na frente, afirmamos e determinamos categorias e adjetivos. Esse é o nosso maior erro e a maior violência que cometemos. Partimos de nossos referenciais, de nossas certezas centradas em nós mesmos e julgamos, condenamos e preconceituamos.

A diversidade parte então da construção cultural, representando uma perspectiva de como a educação deve ser analisada, planejada e orientada, a fim de melhorar a formação de toda a sociedade.

Assim, o reconhecimento da diversidade garante que a cidadania seja exercida, além de fortalecer os vínculos sociais por meio das ações políticas, fazendo com que a população entenda que cada diferença faz parte da identidade pessoal de cada ser humano, e deve estar incluída na cultura da sociedade. Com

isso, a tolerância surge com o objetivo de aumentar as oportunidades de crescimento para todos os cidadãos, vencendo o principal obstáculo para o desenvolvimento das bases político pedagógicas, a não aceitação da diversidade.

Compreendemos que não se faz uma educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade. Reconhecemos, porém, que a escola tem uma antiga trajetória normatizadora e homogeneizadora que precisa ser revista. O ideal de homogeneização levava a crer que os/as estudantes negros/as, indígenas, transexuais, lésbicas, meninos e meninas deveriam se adaptar às normas e à normalidade. Com a repetição de imagens, linguagens, contos e repressão aos comportamentos “anormais” (ser canhoto, por exemplo) se levariam os “desviantes” à integração ao grupo, passando da minimização à eliminação das diferenças (BRASIL, 2009, p. 31).

Apesar de a diversidade ser considerada um elemento que compõe o processo de socialização e humanização do cidadão, a cultura ainda apresenta determinada padronização, onde ainda existem os “melhores valores” e os “mais benéficos para a comunidade”, gerando conflitos de interesses entre os cidadãos e rejeição em alguns aspectos culturais.

A valorização da diversidade no ambiente escolar deve ser capaz de aproximar os educandos da realidade que os cercam, visando identificar conflitos para resolvê-los e assim, fortalecer as relações sociais formadas a partir de uma perspectiva coletiva e responsável.

## 2.4 PROMOVENDO A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA COM A ACEITAÇÃO E RESPEITO ÀS DIVERSIDADES

A educação deve contribuir para o fornecimento de subsídios que fortaleçam a igualdade e a equidade, permitindo a compreensão sobre a importância em pensar coletivamente e conscientemente. Para tanto, é preciso considerar que cada indivíduo deve exercer seu papel como instrumentalizador da cidadania. Dessa maneira, é preciso enfatizar que:

Para que o modelo de democracia seja justo e almeje a liberdade individual e coletiva é necessário que a igualdade e a equidade sejam compreendidas como complementares. Ao mesmo tempo que a igualdade de direitos e deveres deve ser objetivada nas instituições sociais, não se deve perder de vista o direito e o respeito a diversidade, ao pensamento divergente (ARAÚJO, 2004, p. 03).

Cabe enfatizar ainda que o conflito de interesses se torna um elemento normal para a sociedade, visto que as diferenças e as semelhanças permitem que o ser humano possa analisar, comparar, descobrir, compreender, agir e evoluir, estando disposto a sempre buscar novas alternativas para os problemas. É através destes benefícios que os indivíduos poderão construir suas habilidades psíquicas, cognitivas, afetivas, ideológicas e sociais.

Os problemas disciplinares juntamente com o autoritarismo nas escolas fazem parte das relações interpessoais, sendo considerado um dos maiores obstáculos para o processo de ensino aprendizagem. O enfrentamento desses fenômenos engloba a disposição e o preparo para desenvolver propostas mais efetivas. Para tanto, é preciso considerar que:

Enfrentar esses fenômenos exige dos profissionais da educação uma nova postura, democrática e dialógica, que entenda os alunos e as alunas não mais como sujeitos passivos ou adversários que devem ser vencidos e dominados. O caminho está no reconhecimento dos estudantes como possíveis parceiros de uma caminhada política e humana que almeja a construção de uma sociedade mais justa, solidária e feliz (ARAÚJO, 2004, p. 04).

Para compreender como a democracia pode ser trabalhada na escola, é preciso entender os diferentes papéis sociais dos indivíduos, considerando que todos os cidadãos possuem os mesmos direitos, dentre eles: diálogo, expressão, sentimentos, pensamentos, e etc. Esses direitos, quando devidamente garantidos, são fundamentais para o exercício da democracia e da cidadania.

Uma instituição democrática e participativa apresenta papéis mais abrangentes em relação à normatização das funções pedagógicas, já que as mesmas estão aptas a reorganizar os espaços, as metodologias, os conteúdos e as relações interpessoais.

Dessa maneira, a prática da democracia na escola permite a construção e o fortalecimento dos valores de cidadania, além da formação de indivíduos mais autônomos e competentes para manter relações sociais mais produtivas não somente no âmbito educacional, mas também pessoal e profissional.

## 2.5 DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS E O QUE PODE SER FEITO NAS ESCOLAS PARA ATENDER A DIVERSIDADE SEXUAL

Observa-se dentro do espaço escolar que, muitas vezes, não há respeito à diversidade de gênero e orientação sexual, havendo sofrimento psíquico e/ou físico por parte daqueles considerados “diferentes” pelo grande grupo.

Costuma-se dizer que a sociedade é machista, sexista, homofóbica e misógina. Esses tipos de preconceitos são construídos a partir de enunciados discursivos, que nos são ensinados ao longo da vida. A escola assume papel importante nessa educação que, sabidamente, constitui as representações sociais acerca de homens e mulheres, de modo “desigual”. Se um preconceito é aprendido, é porque ele foi ensinado por alguém ou algo. (FURLANI, 2016, p. 119-120).

Desse modo, os jovens que assumem sua orientação sexual são moldados e afetados por comentários e crenças homofóbicas. Os jovens também resistem, rejeitam e recriam comentários e crenças, a fim de construir a sua própria capacidade de resistência à homofobia. Os educadores podem ajudar nesse processo, fornecendo-lhes as opções mais eficazes para explicar seu mundo.

Se o ambiente escolar parece bastante homogêneo, se raramente ouve-se sobre incidentes violentos na escola, pode ser fácil supor que não é preciso abordar questões relacionadas com a equidade e educação inclusiva com os alunos. Aparências, no entanto, podem ser enganosas.

Em uma escola que não é socialmente segura, muitas diferenças podem ser camufladas, ou silenciadas, com repercussões para as pessoas que têm de viver com o sigilo. Os jovens que crescem em ambientes com menos diversidade pode ter menos oportunidades de ocorrência natural para desenvolver as ferramentas e consciência que são necessárias para criar um ambiente escolar equitativo e inclusivo.

Os professores dessas configurações de escola podem precisar fazer um esforço especial para garantir que os seus alunos sejam ou não expostos a estas questões.

Tal como acontece com a prevenção do bullying, a fim de criar um clima de justiça e inserção, toda a escola precisa estar envolvida em todos os níveis.

Souza (2016); Carrara (2009) e Freire (2009) destacam que a diversidade sexual na escola, pode ser trabalhada se:

Responder a discriminação e assédio com base na diversidade sexual de forma tão eficaz como faria em atos de racismo ou sexismo;

Tratar com distinção clara orientação sexual, identidade de gênero e comportamento sexual em qualquer política ou currículo material para ajudar a garantir que a diversidade sexual seja reconhecida;

Fornecer exemplos de gênero e sexuais diversos ao representar as famílias e relacionamentos significativos;

Garantir que os estudantes tenham acesso a livros precisos e adequados ao desenvolvimento e outros recursos em sexualidade, gênero e questões de diversidade;

Dentro da sala de aula, em atividades de ensino e de aprendizagem, usar uma variedade de cenários e não apenas personagens heterossexuais e evitar o uso de estereótipos cenários/papéis; não tolerar linguagem discriminatória; desenvolver um vocabulário adequado para expressar sentimentos sexuais.

Qualquer que seja a manifestação específica da desigualdade e da exclusão, aqueles que são deixados de fora, negligenciados ou tratados injustamente devido à identidade social, podem compartilhar certas experiências, em diferentes graus, dependendo da situação, podendo sentir-se invisíveis, silenciados e sem voz, tomados por sentimentos de vergonha, raiva, solidão e impotência. Em algumas situações, podem apresentar medo e estresse exacerbado.

Áreas de preocupação para muitas escolas, tais como o absentismo crônico, baixo desempenho escolar e violência estudantil são sinais de alerta para a necessidade de olhar mais de perto o que está acontecendo. Medidas disciplinares extremas, como a suspensão e expulsão de estudantes muitas vezes representam uma falha em muitos níveis da sociedade para se envolver e incluir os jovens.

Entender como podemos beneficiar-nos do *status quo* a fim de não reproduzir dinâmicas sociais negativas nos relacionamentos com nossos estudantes é o primeiro passo para a mudança.

Podemos aprender a usar o nosso conhecimento e privilégio para compensar o desequilíbrio. Compreender as questões pode nos ajudar a desenvolver as ferramentas pessoais e profissionais para criar um clima de justiça e de pertença.

Em última análise, sentir-se valorizados, respeitados e totalmente aceitos pelo que somos é uma necessidade humana fundamental. Permite-nos todos - alunos, pais, professores, administradores, cidadãos - viver autenticamente e se envolver com os outros, com o nosso trabalho e nossos estudos.

Para os estudantes que estão em uma fase de descoberta sobre si mesmos e ao mundo que os rodeia, sentir-se respeitados e valorizados pode muito bem ser uma condição prévia para a aprendizagem do currículo.

Para começar a criar um clima de justiça e de pertença na sua escola, os professores podem:

Explorar e tornarem-se mais conscientes dos seus preconceitos pessoais e privilégios;

Encorajar os colegas para explorar e falar sobre estas questões;

Interromper o sexismo, o racismo e a homofobia sempre que estão cientes deles;

Explorar e procurar compreender palavras usadas para falar sobre equidade e inclusão, e as experiências de diversos grupos de pessoas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste trabalho pode-se concluir que a educação para a diversidade de gênero e cidadania está associada com a garantia da escola que trabalha essa diferenciação de gêneros, sejam eles culturais ou sexuais, que visa valorizar as diferenças dos alunos, permitindo que os educandos adquiram o conhecimento através das transformações culturais e sociais que ocorrem no ambiente escolar, o que contribui com o desenvolvimento da colaboração mútua e participativa.

Com isso, entende-se que é função da escola identificar soluções educativas capazes de atender todas as necessidades de seus alunos, em toda sua diversidade, assegurando que os mesmos tenham a oportunidade de adquirir a aprendizagem significativa.

O ensino dentro de um contexto de respeito à diversidade de gênero, que deveria estar sendo cada vez mais estudado, contextualizado e aplicado, vem sofrendo um grande retrocesso, já que gênero vem sendo retirado dos planos federais, estaduais e municipais de educação. Assim, a sociedade se vê diante de inúmeros desafios, uma vez que o Brasil apresenta problemas voltados à desigualdade social e a acessibilidade na educação.

Para que a educação alcance um nível significativo de qualidade, é fundamental que toda a sociedade aceite e valorize a diversidade, considerando que

as diferenças permitam a compreensão de aspectos necessários para a evolução do ser humano.

O exercício da cidadania e a valorização da diversidade de gêneros no âmbito educacional não considera apenas reconhecer as diferenças e necessidades dos jovens, mas, sobretudo manter relações sociais voltadas para o combate de qualquer tipo de preconceito. É preciso que as políticas educacionais para a valorização da diversidade de gêneros, inclusive sexuais, e promoção da cidadania mantenham uma postura crítica a respeito dos processos de naturalização das inúmeras diferenças encontradas em sala de aula.

Dessa maneira, compreende-se que a escola apresenta inúmeras diferenças sociais e culturais, o que contribui para que os alunos neguem sua própria identidade ou participando de atividades que visam discriminar os colegas. É por estes motivos que a instituição escolar deve trabalhar com os valores morais de cidadania e igualdade social, influenciando positivamente na garantia da liberdade de expressão juntamente com a vivência em fraternidade.

É preciso ressaltar que a educação para a diversidade e cidadania envolve inúmeros desafios para a instituição escolar, visto que muitos profissionais não estão preparados para lidar com o tema em sala de aula, visando discutir sobre a importância do reconhecimento das diferenças para o desenvolvimento do indivíduo. Assim, é imprescindível que os docentes desenvolvam estratégias pedagógicas democráticas, inclusivas e de qualidade, sendo possível fortalecer a coletividade nas relações sociais.

Conclui-se então que a democracia é fundamental para a educação para a diversidade e cidadania, contribuindo com o crescimento de cidadãos mais autônomos, protagonistas e competentes, necessários para a socialização dos indivíduos, seja no âmbito escolar, pessoal ou profissional.

A inclusão social de gênero e diversidade sexual existe quando todas as pessoas podem identificar abertamente e visivelmente sua orientação sexual e identidade de gênero, com total segurança e liberdade.

Seu estatuto social e de plena participação social são garantidos independentemente da sua identidade de gênero e orientação sexual. As experiências específicas e necessidades daqueles que são lésbicas, gays, bissexuais, trans-gênero, transexual, inter-sexuado, ou daqueles que estão questionando a identidade sexual (LGBT) são reconhecidas, validadas e

acomodadas. Ao mesmo tempo, os muitos valores, experiências, características e necessidades que são compartilhados por todos os seres humanos sejam plenamente reconhecidos e respeitados.

## REFERÊNCIAS

ABA, Helena W. **Juventude e cultura**. In: *Cartilha Dito e feito*. São Paulo. No. 4, 2015

AINSCOW, M; FERREIRA, W. **Compreendendo a educação inclusiva. Algumas reflexões sobre experiências internacionais**. In David Rodrigues (org.), *Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora, 2003.

ARAÚJO, U. F. **A construção da cidadania e de relações democráticas no cotidiano escolar**, 2004

BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

FANTE, Cleodelice A Z. O fenômeno *Bullying* e as suas consequências psicológicas. Publicado in: **Rev Eletr. Liceu Contemporâneo**, 07/06/2011.

FREIRE, Nilcéia; SANTOS, Edson; HADDAD, Fernando. **Construindo uma política de educação em gênero e diversidade**, 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula – relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

GLAT, R; FERNANDES, E. M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira**. Revista Inclusão: MEC / SEESP, vol. 1, nº 1, p. 35-39, 2005.

HOLLANDA, Jacqueline Monte de; BARBOSA, Simone Maria de Almeida. **Um estudo sobre a educação inclusiva em escola pública**. Revista Científica da UFPA, vol. 03, março 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

REGO, Teresa. **Aprendizado e desenvolvimento, um processo histórico**. São Paulo: Scipione, 1995.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e Conviver na Cultura Global: As exigências da cidadania**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução sobre gêneros na escola**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

STECANELLA, Nieda; SAYÃO, Sandro Cozza. (Orgs). **Guia Didático dos Seminários Temáticos dos Módulos I e II**. Caxias do Sul: NEAD, 2006.

SOUZA, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 2016